

O Hospital de Santo António na construção da identidade dos enfermeiros no último quartel do século XIX

Helena Sofia Rodrigues Ferreira da Silva*

Muito se tem dito e escrito sobre a identidade dos enfermeiros ao longo do século XX (Lemos, 2008; Nunes, 2003; Soares, 1997) e neste artigo pretendemos abordar os antecedentes por detrás da construção desta identidade. Esta análise foca o caso específico do Hospital de Santo António, gerido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto no último quartel do século XX. Neste estudo, efetuamos uma análise heurística de um conjunto de regulamentos deste estabelecimento hospitalar, bem como de relatórios desta Santa Casa e de algumas fontes manuscritas existentes no seu arquivo histórico, relativos ao período cronológico em estudo. Através destes documentos, examinaremos as funções e características dos enfermeiros e como estas evoluíram nos finais do século XIX.

A delimitação das funções e a definição das características dos enfermeiros constituem as bases dos futuros profissionais, que vão sendo desenhadas quer pelos médicos, quer pelas administrações hospitalares, tendo os enfermeiros um papel limitado neste processo. Ambos tentam assim moldar os enfermeiros, insistindo nas qualidades e responsabilidades que estes deveriam ter. Com tarefas bem definidas, os enfermeiros tinham um vasto conjunto de responsabilidades que nem sempre conseguiam cumprir, levando nestes casos à aplicação de punições. Por outro lado, através da atribuição de recompensas foi-se esboçando um modelo do enfermeiro ideal, que deveria ser seguido pelos colegas. Centrando a análise nos enfermeiros e nas enfermeiras do Hospital de Santo António, daremos a conhecer alguns comportamentos a evitar e exemplos concretos dos modelos a seguir, e como estes contribuíram para lançar as bases da construção da identidade dos enfermeiros.

Recordamos que o Hospital de Santo António é uma construção de tipo neopalladiano, segundo um plano de John Carr, que nunca chegou a ser edificado na sua totalidade. As obras iniciaram em 1770, mas foram interrompidas em vários momentos e por vários motivos, nomeadamente financeiros e bélicos. Os primeiros doentes chegaram em 1799 enquanto continuavam a decorrer as obras. Desde então foram sendo realizadas obras, numa tentativa de melhorar constantemente as condições hospitalares, num edifício que foi muitas vezes criticado e considerado inadequado para funcionar como hospital. Apesar das críticas, este era o maior hospital da cidade do Porto e do Norte do país nos finais do século XIX quando acolhia cerca de 600 doentes divididos por enfermarias consoante o sexo. Isto significa que havia enfermarias femininas onde o pessoal de enfermagem era composto unicamente por mulheres e enfermarias masculinas com um pessoal de enfermagem composto por homens. O pessoal de enfermagem neste hospital encontrava-se hierarquicamente dividido em enfermeiros, ajudantes de enfermeiros e criados. Todos eram laicos, pois não havia ordens religiosas ao serviço deste estabelecimento hospitalar (Silva, 2014). De referir que neste artigo utilizamos o termo enfermeiros, referindo-se tanto a homens como a mulheres, para facilitar a leitura.

Funções e características dos enfermeiros

Um conjunto de reformas internas foi levada a cabo no Hospital de Santo António em meados de mil e oitocentos para melhorar as condições técnicas e médicas, que afetaram igualmente o pessoal de enfermagem. Estas melhorias culminaram em 1883 com a reorganização dos serviços administrativos, técnicos e médicos deste hospital pelo médico Augusto da Costa Simões (1819-1903; Soares, 2001). Esta reorganização não deixou de fora o pessoal de enfermagem, modificando as funções dos enfermeiros e abrindo caminho para uma futura escola de enfermagem (Silva & Vieira, 2013).

Contudo, ainda antes desta intervenção de Costa Simões, outros regulamentos do Hospital de Santo António tinham já definido quem poderia ocupar o cargo de enfermeiro. Segundo o regulamento de 1881, ligeiramente modificado em 1885, os enfermeiros deveriam ser “pessoas decentes e de educação” (SCMP, 1885, 81), com idades compreendidas entre 25 e 40 anos, com “saúde e robustez, conduta boa, religiosa, moral e civil” (SCMP, 1885, 81). Para além destes requisitos

* Investigadora FCT (IF/00631/2014/CP1221/CT0004), IHC-NOVA FCSH & GRIC-Université du Havre, [helena.rfdasilva@yahoo.com]

PAINEL III: A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ENFERMEIROS

básicos, era ainda necessário saber ler, escrever e contar, devendo apresentar os respetivos atestados de habilitação. Por último, não poderiam ter família, acrescentando que os enfermeiros poderiam eventualmente ser casados sem filhos, mas as enfermeiras não poderiam ser casadas, nem viúvas com filhos a seu cuidado e em caso de contraírem matrimónio seriam despedidas (Santa Casa da Misericórdia do Porto [SCMP], 1885). Este aspeto insiste na ideia ancestral de que os enfermeiros deveriam dedicar-se totalmente ao seu ofício, o que era incompatível com a constituição de uma família. Em Portugal, esta ideia permaneceria em vigor até ao início da década de 1960, sendo que então apenas as mulheres solteiras ou viúvas sem filhos poderiam exercer a profissão em meio hospitalar (Silva, 2011).

Estes mesmos regulamentos incluíam igualmente referências ao uniforme, um aspeto fulcral na representação dos enfermeiros. O uniforme contribuía para uma imagem positiva perante a sociedade, misturando higiene e estética, e valorizava os enfermeiros como um pessoal essencial aos serviços hospitalares (Silva, 2010). Os regulamentos de 1881 e 1885 no Hospital de Santo António estipulavam que os enfermeiros apenas de dois em dois anos receberiam, consoante o sexo, um vestido ou um casaco “de panno e côr uniforme, para o inverno” (SCMP, 1885, 82) e para o verão um riscado. Contudo, teriam anualmente um par de sapatos e um distintivo do seu cargo que deveria ser sempre utilizado. Não havia então qualquer referência aos tecidos dos uniformes, à cor dos mesmos ou outros elementos específicos, como acontece posteriormente. No entanto, os regulamentos insistem que o porte do uniforme era obrigatório e mencionado nas funções dos enfermeiros, em vários momentos, revelando a sua importância. Os enfermeiros deveriam também obrigar os ajudantes a lavarem-se e vestírem-se depois de realizarem a limpeza da manhã, assegurando-se que as ajudantes nunca “andem sem meias” (SCMP, 1885, 82). Isto significa que para a limpeza, o pessoal de enfermagem utilizava uma indumentária diferente do uniforme.

Estas e outras funções dos enfermeiros eram então definidas em trinta artigos, de forma detalhada. Mais do que cuidadores, estes eram responsáveis pelos objetos e roupas que fossem fornecidos para a enfermaria e também pelos seus próprios atos, bem como pelo comportamento e desempenho dos ajudantes. Assim, muitas das funções dos enfermeiros consistiam em vigiar os ajudantes, nomeadamente durante a noite para terem a certeza de que estavam no seu posto, e verificar se os ajudantes tratavam com caridade e zelo os doentes. Cabia aos enfermeiros garantir que os ajudantes respeitavam as regras, como manter o silêncio na enfermaria, ou respeitar as regras básicas de higiene. Os enfermeiros ficavam assim incumbidos de mandar desinfetar as enfermarias e as latrinas, de manter limpos todos os instrumentos e utensílios das enfermarias, de mandar os ajudantes fazer as camas e os criados a limpeza. Os enfermeiros deveriam ainda vigiar a distribuição dos remédios e das dietas, verificando que tudo era corretamente respeitado. Por último, aos enfermeiros era-lhes também atribuída uma parte burocrática, nomeadamente fazer as tabelas dos doentes com o movimento de entradas e de saídas, informando assim de possíveis óbitos, e ainda anotar os remédios e as dietas prescritas pelos médicos durante a visita, mantendo-os informados em caso de alterações (SCMP, 1885). Daí a necessidade de os enfermeiros saberem ler e escrever. De referir que os enfermeiros deveriam seguir as prescrições e ordens médicas e informar de qualquer elemento importante durante a visita do clínico.

Além destas funções, aquando da sua reorganização dos serviços do Hospital de Santo António, o médico Costa Simões definiu detalhadamente outras obrigações para os enfermeiros. A título de exemplo, cabia a estes a distribuição do pão e do vinho antes de cada refeição, tarefa reveladora da sua importância no seio das enfermarias e do hospital, com um paralelismo à religião católica. Do mesmo modo, os enfermeiros tinham de preparar todo o serviço de vela que incluía a distribuição das tarefas pelo pessoal através das tabelas de serviço, bem como a preparação dos medicamentos a distribuir tendo o cuidado de os deixar num “sitio apropriado” (Simões, 1883, 63), devendo também preparar roupas e tudo o mais que pudesse ser necessário durante a noite. Como vimos, os enfermeiros eram responsáveis pelo restante pessoal das enfermarias e, também pelos próprios doentes, devendo zelar para que estes não trabalhassem durante a sua permanência no hospital. Por último, caso houvessem objetos extraviados, deteriorados ou quebrados, estes seriam debitados ao enfermeiro responsável pelos mesmos, “não havendo prova de ser algum dos seus subordinados o culpado d’estes prejuízos” (Simões, 1883, p. 68), cabendo aos enfermeiros efetuar uma relação mensal destes objetos (Simões, 1883). Constatámos assim que os enfermeiros eram responsáveis pelo pessoal e pelos doentes da enfermaria e ainda pelo material existente pois, em caso de faltas, estas eram-lhe imputadas.

Estas funções estavam igualmente explícitas nos Regulamentos do Hospital de Santo António de 1883 e 1884, que voltavam a insistir nas vastas responsabilidades dos enfermeiros e nas suas funções específicas, como avisar o clínico interno em caso de morte de um paciente ou vigiar as visitas no intuito de conservar a ordem nas enfermarias (SCMP, 1884).

O Regulamento de 1892 repetia novamente boa parte destas funções. Mas acrescentava que no Hospital de Santo António haveria seis enfermeiros a receber cada um 500 réis por dia e sete enfermeiras a 400 réis. Ao serviço estavam ainda 22 ajudantes homens e 25 mulheres, 21 criados e 19 criadas. Através deste regulamento e do quadro do pessoal ao serviço deste hospital, apercebemo-nos também que o serviço destes enfermeiros variava consoante o tamanho da enfermaria que tinham a seu cargo. Assim, havia enfermarias com 37 camas tendo ao serviço uma enfermeira, duas ajudantes e uma

PAINEL III: A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ENFERMEIROS

criada, outras com 62 camas, uma enfermeira, quatro ajudantes e três criadas, existindo uma outra enfermaria com 78 camas, um enfermeiro, cinco ajudantes e cinco criados. Como é óbvio, quanto maior o número de camas, maior a carga e responsabilidade do serviço para o enfermeiro pois tinha mais ajudantes e criados para vigiar, mas também mais doentes, logo mais cuidados a fiscalizar, mais material a controlar, mais papeletas a preencher e assim sucessivamente (SCMP, 1893). Ao mesmo momento que se revelava necessário reformular o regulamento dos serviços técnicos do hospital, era debatida a questão da enfermagem. O pessoal de enfermagem era então acusado de “falta d’aptidão e de zelo” (SCMP, 1895, p. 190). E eram apontados alguns defeitos, nomeadamente no recrutamento do pessoal e também um salário reduzido, uma alimentação pobre e a ausência de prémios que servissem de estímulo aos enfermeiros. Apesar do grande número de despedimentos e demissões entre o pessoal de enfermagem, existiam também casos raros de “alguns empregados bastante dignos e zelosos para poderem merecer o nome d’enfermeiros” (SCMP, 1895, 192). Para fazer face a esta situação, um conjunto de medidas foram adotadas pela Misericórdia do Porto que passavam por uma seleção mais rigorosa de um conjunto de condições morais, intelectuais e físicas. A Misericórdia tentou também criar distinções honoríficas para premiar os bons empregados, melhorar a alimentação do pessoal, recrutar mais alguns elementos para fazer face às faltas de pessoal e criar uma escola de enfermagem. Esta escola serviria para habilitar “os novos recrutados a adquirirem um certo grau de conhecimentos sobre a natureza da profissão a que se dedicam” (SCMP, 1895, 192).

Depois de criada a escola de enfermagem no Hospital de Santo António, em 1896, os enfermeiros e ajudantes eram obrigados a frequentarem-na com assiduidade (Silva & Vieira, 2013). Além disso, ficava estipulado que os futuros enfermeiros seriam nomeados por concurso entre os ajudantes que tivessem cursado a dita escola. Em caso de empate, os que tivessem melhor classificação na escola seriam preferidos, seguindo-se depois o critério de antiguidade como ajudantes (SCMP, 1896). Como sabemos, na sequência da criação desta escola, a formação e prática de enfermagem foi evoluindo ao longo do século XX, contribuindo para a profissionalização da enfermagem em Portugal (Faria, Silva, Braga Maia & Vieira, 2011).

Modelo do enfermeiro

Ainda no último quartel do século XIX, a Santa Casa da Misericórdia do Porto encontrava fortes dificuldades em recrutar um pessoal de enfermagem que respondesse às suas expectativas e em mantê-lo ao seu serviço. Vários são os relatórios desta instituição que salientam estes factos, deixando claro que o pessoal de enfermagem não correspondia ao que esperavam os médicos, os administradores e ainda os próprios doentes (SCMP, 1892). Numa tentativa de melhorar a situação, os comportamentos considerados incorretos eram constantemente punidos. Por outro lado, os funcionários que tinham um comportamento adequado iam sendo valorizados, e apresentados como se fossem um modelo a seguir. Indiretamente, estas punições e recompensas também contribuíram a moldar atitudes, a definir qualidades e deveres e, assim, a construir a identidade dos enfermeiros.

Se nos focarmos nas punições aplicadas aos enfermeiros, constatamos que boa parte se relacionavam com o não cumprimento dos regulamentos anteriormente mencionados, isto é, o incumprimento das funções de chefia. O enfermeiro Custódio, por exemplo, foi punido quatro vezes num só ano. Primeiro, por se ter ausentado da enfermaria foi multado um dia. Alguns meses depois, recebeu nova punição por não prestar atenção ao que faziam os ajudantes e os criados. Sete meses mais tarde, depois de ter regressado ao hospital tardiamente depois da sua licença para se ausentar, foi multado em três dias e recebeu um último aviso. Apesar deste aviso, que deixa supor que os seus superiores estariam ainda mais atentos, três dias depois foi encontrado a dormir durante a ronda e seria assim despedido (*Livro de Termos...; Livro Registro...*).

Um outro enfermeiro foi despedido de forma semelhante, acumulando três punições em nove meses. António foi primeiro multado um dia por não ter cumprido ordens e ter consentido que o pessoal da enfermaria infringisse o regulamento. Foi novamente multado por também ter regressado tarde da licença e depois despedido por irregularidades no cargo, sem mais detalhes, sem mais informações sobre que irregularidades cometeu. (*Livro de Termos...; Livro Registro...*).

As enfermeiras eram punidas com menor frequência, apesar do seu comportamento não ser, por vezes, o mais exemplar. Maria fora admitida como criada no Hospital de Santo António e, em julho de 1883, foi promovida a ajudante e no final do ano a enfermeira. Como enfermeira, foi punida cinco vezes em cinco anos; porém, não foi despedida, como os seus colegas Custódio ou António. Maria foi multada em dois dias por ter consentido que as criadas lavassem o chão da enfermaria durante a noite, o que certamente impediu o repouso dos doentes. Depois foi multada um dia por ter mentido ao vogal da direcção do hospital e um outro dia por ter emprestado um colchão sem a devida autorização. Ela foi ainda repreendida duas vezes, no entanto, desconhecemos os motivos por detrás destas punições (*Livro de Termos...; Livro Registro...*). Sabemos que a repreensão era uma punição mais leve do que a aplicação de multas, mas não há referências se estas repreensões eram orais ou escritas, ou se teriam outras consequências para os enfermeiros (Silva, 2010).

PAINEL III: A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ENFERMEIROS

Outros enfermeiros foram também multados por diversos motivos sobretudo relacionados com a gestão do material e do pessoal. A título de exemplo, foram aplicadas multas por partir uma agulha (em vidro), por fazer um uso incorreto da roupa do hospital, por deixar os medicamentos facilmente acessíveis aos doentes e ainda por desaparecer pão e medicamentos. Outros foram multados por terem dado instruções incorretas aos ajudantes, por falhas na distribuição do pessoal pela enfermaria ou por erros na lista de receituário. Os motivos que levaram a despedimentos eram, em geral, mais graves como mau comportamento, atos desonestos, maus-tratos ao restante pessoal da enfermaria e ainda um caso de infanticídio (*Livro de Termos...*; *Livro Registo...*). Estas punições permitem também verificar que o estipulado nos regulamentos era, de certa forma, cumprido. Por outro lado, a Misericórdia pretendia utilizar o dinheiro angariado através das multas pagas para atribuir recompensas ao pessoal de enfermagem que se distinguisse por desempenhar corretamente as suas funções (SCMP, 1880). Nalguns casos, apenas é referido que foram atribuídas gratificações sem referir os nomes dos funcionários, os motivos nem o valor da recompensa, como em 1887 quando quatro enfermeiros foram gratificados (SCMP, 1887).

O enfermeiro José foi gratificado quatro vezes entre 1890 e 1893 pelos seus bons serviços. Recebeu inicialmente dois prémios, sendo cada um deles de 90.000 réis, o que correspondia a cerca de 62% do seu salário anual. Depois a gratificação foi reduzida para 50.000 réis por prémio, sem que o motivo para esta redução seja mencionado. Apesar desta diminuição, esta gratificação era importante e, sem dúvida, apresentada como uma motivação pecuniária. Sabemos que José nasceu em 1857 em Oliveira de Azeméis e faleceu em 1916 estando então ainda ao serviço da Misericórdia do Porto. Enfermeiro no Hospital de Santo António desde maio de 1886, José cursou a escola de enfermagem quando esta abriu, tendo concluído o curso geral e administrativo (*Livro de Termos...*; *Livro Registo...*). Considerando que a formação em enfermagem começava a ser fundamental, este representa um modelo a seguir. Por outro lado, os seus bons serviços e o facto de não ter no seu registo qualquer punição, fazem dele um exemplo para o restante pessoal de enfermagem.

Já o caso de Manuel é ligeiramente diferente, por não ter uma folha de registo tão imaculada. Como Custódio, Manuel também cursou a escola de enfermagem. Em dezembro de 1898 foi louvado por ter denunciado um criado, tendo-lhe assim sido dado um dia de folga pago. Um mês depois recebeu novo louvor, sem ser mencionado o motivo. Contudo, o enfermeiro fora anteriormente multado e advertido, o que não o impediu de posteriormente ser louvado, pois era comum a Misericórdia do Porto perdoar as punições em determinadas ocasiões (*Livro de Termos...*; *Livro Registo...*).

O percurso de Ana é de alguma forma semelhante. Nascida em 1870 em Oliveira do Hospital, começou a trabalhar no Hospital de Santo António em 1893 como ajudante de enfermeira e cinco anos depois foi promovida a enfermeira. No total, Ana trabalhou 28 anos neste hospital até se aposentar por incapacidade. Ainda como ajudante, foi multada em duas ocasiões, por se ter ausentado da enfermaria deixando os doentes sozinhos e por ter dado uma dieta diferente da que estava prescrita. Estas punições foram-lhe perdoadas dias antes de ser promovida a enfermeira (*Livro de Termos...*; *Livro Registo...*). Aquando da sua promoção, Ana já tinha concluído a sua formação profissional na Escola de Enfermagem do Hospital de Santo António. Ana foi louvada em 1898 pelos serviços prestados durante a epidemia de varíola quando a própria adoeceu (SCMP, 1898). Na mesma ocasião recebeu uma gratificação de 5.000 réis (cerca de 4,4% do seu salário anual), oferecida por um benfeitor, pelo carinho com que Ana tratava os doentes.

Esta gratificação foi entregue a 29 de janeiro na cerimónia anual de aniversário da morte de D. Lopo de Almeida (1416-1486), o benfeitor que deixara a sua fortuna à Santa Casa da Misericórdia do Porto. A partir de 1898, a administração desta instituição passou a anunciar publicamente nesta cerimónia os nomes do pessoal de enfermagem premiado, servindo assim de exemplo aos restantes. Além do pessoal do hospital que assistia a esta cerimónia pública, incluindo médicos e estudantes de medicina, outras personalidades da Misericórdia e da cidade estavam também presentes e a cerimónia era noticiada nos jornais como no Comércio do Porto. Nestas notícias era comum mencionar os nomes do pessoal de enfermagem que se distinguiu no desempenho das suas funções e incluir fotografias, sobretudo a partir de meados do século XX (Silva, 2010).

Era também nesta cerimónia que a Misericórdia atribuía algumas medalhas ao pessoal de enfermagem. A primeira foi conferida também a Ana em 1899, sendo a enfermeira então elogiada publicamente pelos “seus serviços e abnegação” (D. Lopo de Almeida, 1899, p. 1). A medalha tinha, de um lado, a efígie do benemérito fundador do hospital acompanhada da legenda “D. Lopo de Almeida – Instituidor” e, no reverso, a vista da fachada do Hospital com os dizeres “Santa Casa da Misericórdia do Porto – Hospital Geral de Santo António – Ao mérito (...)” (D. Lopo de Almeida, 1899, 1). Esta medalha de prata que foi então atribuída a Ana constituía “um testemunho de reconhecimento pelos seus serviços, um estímulo para todos, pois que idêntico premio terão todos os empregados que, como ella, se assignalarem no cumprimento da sua espinhosa missão.” (D. Lopo de Almeida, 1899, 1). Foi também mencionado que Ana deveria saber conservar e honrar a medalha que lhe era conferida. Na mesma cerimónia foram ainda referidos os nomes dos restantes elogiados. No início do século XX, cerca de uma centena de medalhas seria atribuída ao pessoal de enfermagem do Hospital de Santo António (Silva, 2010).

Conclusões

Como podemos verificar, os regulamentos referentes aos enfermeiros no Hospital de Santo António destacavam um conjunto de qualidades necessárias a estes funcionários. Estas qualidades estavam ligadas a uma conduta moral exemplar, à boa condição física e disponibilidade para o cargo, incompatíveis, por exemplo, com uma vida familiar. Depois da abertura da escola de enfermagem, a formação tornou-se um critério essencial, alterando o que até então era preconizado. Constatámos que, no último quartel do século XIX, o uniforme tinha uma importância considerável, quer pela higiene, quer pelo lado estético, associado também à hierarquia hospitalar.

Os vários regulamentos definiram as funções e tarefas dos enfermeiros, bem como os seus limites. As tarefas ligadas à prestação de cuidados de saúde ou de higiene eram competências dos ajudantes e criados, pois aos enfermeiros incumbia a superintendência deste pessoal e dos seus atos. Os enfermeiros tinham um conjunto de tarefas de responsabilidade e de supervisão sobre todos os aspetos da enfermaria, da higiene, ao material, passando pelos próprios doentes e as visitas deles, não esquecendo toda a parte burocrática. Estes regulamentos situavam os enfermeiros na hierarquia hospitalar entre os clínicos e ajudantes e criados, isto é, subordinados às ordens médicas e superiores ao restante pessoal de enfermagem. No caso de incumprimento dos regulamentos, eram aplicadas punições, inclusive aos enfermeiros. Na sua maioria, os enfermeiros foram multados devido à má gestão do material e do pessoal, não tendo estas faltas consequências maiores. Já os casos mais graves ou recorrentes davam lugar ao despedimento. Estes enfermeiros serviriam assim de exemplo aos colegas, tal como os que eram recompensados seriam um modelo a seguir, incitando os menos cumpridores a dispensar maior carinho e profissionalismo. As diversas recompensas, como louvores, gratificações e medalhas, tinham uma vertente pecuniária, um bónus ao salário, e uma vertente mais abstrata, onde o mérito era reconhecido pelos colegas, pelos superiores e pela sociedade. A atribuição pública de recompensas mostrou alguns modelos aos colegas, mas também contribuiu para melhorar a imagem do enfermeiro na sociedade em geral. Tudo isto serviu para definir qualidades e deveres, contribuindo assim à construção da identidade dos enfermeiros.

Referências bibliográficas

- D. Lopo de Almeida (1899). *Comércio do Porto*, 46(26), 1.
- Faria, S., Silva, H., Braga Maia, T., & Vieira, F. (2011). Primórdios da formação e prática de enfermagem em Portugal: Enfermeiros e ajudantes no Hospital Geral de Santo António: Porto (1896-1918). *História da Enfermagem: Revista Electrónica – HERE*, 2(1), 40-62. Recuperado de <http://www.here.abennacional.org.br/here/n3vol2artigo3.pdf>
- Lemos, E. R. (2008). *Profissão de enfermeiros: Compreensão sociológica da identidade profissional* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Portugal.
- Livro de Termos de Entrada do Pessoal Menor número 7 [1892-1895]*. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- Livro registro do pessoal d'enfermagem da Misericórdia agraciado com medalhas e gratificações nos termos do regulamento aprovado por despacho ministerial de 21 de outubro de 1901*. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- Nunes, L. (2003). *Um olhar sobre o ombro: Enfermagem em Portugal (1881-1998)*. Loures, Portugal: Lusociência.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1880). *Relatório dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericórdia do Porto, durante o anno de 1878-1879*. Porto, Portugal: Imprensa Portuguesa.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1881). *Regulamento do Hospital Real de Santo António na cidade do Porto, reformado sobre o ultimo regulamento de 30 de Maio de 1862 levando em appendice o regulamento das enfermarias clinicas da escola medico-cirurgica da mesma cidade*. Porto, Portugal: Imprensa Portuguesa.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1883). *Regulamentos internos do Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto*. Porto, Portugal: Typografia do Jornal do Porto.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1884). *Regulamento do Hospital Geral de Santo António na Cidade do Porto*. Porto, Portugal: Imprensa Portuguesa.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1885). *Regulamento do Hospital Geral de Santo António na Cidade do Porto*. Porto, Portugal: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1887). *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1886 até 30 de Junho de 1887*. Porto, Portugal: Tipografia A. J. da Silva Teixeira.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1892). *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1891 até 30 de Junho de 1892*. Porto, Portugal: Tipografia A. J. da Silva Teixeira.

PAINEL III: A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ENFERMEIROS

- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1893). *Regulamento do Hospital de Santo António na cidade do Porto*. Porto, Portugal: Tipografia A. J. da Silva Teixeira.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1894). *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerência do 1º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894*. Porto, Portugal: Tipografia A. J. da Silva Teixeira.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1896). *Regulamento dos serviços técnicos do Hospital Geral de Santo António*. Porto, Portugal: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira.
- Silva, H. (2010). *Soigner à l'hôpital: Histoire de la profession infirmière au Portugal (1886-1955)* (Thèse de doctorat). Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11627>
- Silva, H. (2011). Selecção e discriminação dos profissionais de enfermagem durante o Estado Novo (1938-1963). *Ler História*, 60, 151-166.
- Silva, H. (2014). O Porto e a construção da cidade moderna: O caso do Hospital Geral de Santo António, nos séculos XVIII e XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 21(2), 709-725. doi: 10.1590/S0104-59702014000200013
- Silva, H., & Vieira, F. (2013). Antecedentes da formação em enfermagem no Porto (1855-1883). *Pensar Enfermagem*, 17(2), 35-43. Recuperado de http://pensarenfermagem.esel.pt/files/PE17-2_Artigo4_35_43%281%29.pdf
- Simões, A. A. (1883). *O Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto: Relatório*. Porto, Portugal: Tipografia do Jornal do Porto.
- Soares, M. I. (1997). *Da blusa de brim à touca branca: Contributo para a história do ensino de enfermagem em Portugal (1880-1950)*. Lisboa, Portugal: Associação Portuguesa de Enfermeiros.
- Soares, M. I. (2001). António Augusto da Costa Simões (1819-1903): Apontamento biográfico. *Enfermagem*, 2(23/24), 64-69.